

A ESTRATÉGIA AMERICANA PARA O IRÃ

Por George Friedman*, do [Geopolitical Futures](#)



Imagen: Gulf Futures Center.

Embora a política de Joe Biden para o Irã não esteja bem definida, o que parece claro é que há um imperativo político de desfazer as políticas implementadas por Donald Trump. O retorno ao status da era Obama parece ser o desejo implícito, mas na atual configuração geopolítica da região, essa estratégia provavelmente é impossível.

O governo do presidente Barack Obama tinha um objetivo principal no Oriente Médio: não queria que o Irã se tornasse uma potência nuclear. Não queria que Israel fosse forçado a lançar um ataque preventivo contra um Irã nuclear, desencadeado pela declaração pública das intenções do Irã contra Israel. Aliados americanos na região – Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, entre outros – temiam que um Irã nuclear pudesse obrigar-los a uma posição subordinada. E o governo Obama, dedicado ao desligamento militar da região, temia que, para acalmar os temores regionais, os Estados Unidos tivessem que tomar uma ação militar contra a potência emergente do Irã, com consequências perigosas.

A administração de Obama arquitetou um acordo com o Irã segundo o qual o Irã concordaria em interromper seu programa de armas nucleares e permitir o monitoramento técnico internacional do programa. Estava implícito no acordo que se o Irã cumprisse os termos, acordos mais amplos emergiriam, permitindo que o Irã normalizasse sua relação com o mundo exterior e aumentasse seu bem-estar econômico.

O acordo foi criticado na época por três motivos. Primeiro, o Irã foi capaz de, ao mesmo tempo, permitir as inspeções e evitá-las, mudando a localização do

programa nuclear. O Irã tem muitas cavernas e túneis onde suas atividades nucleares podem ser ocultadas. As inspeções se concentram em instalações conhecidas devido à escassez de inspetores e ao tamanho do país. Em outras palavras, as inspeções parecem ser uma garantia confiável, mas sua confiabilidade é inherentemente incerta. Em segundo lugar, o acordo não abordou as relações do Irã com outros países da região, contra os quais o Irã realizou operações encobertas e abertas. Portanto, nada fez contra o Irã na Síria, no Líbano ou no Iêmen, nem contra a desestabilização iraniana e ataques contra outros países, como o ataque a uma refinaria saudita. Finalmente, não abordou o programa de mísseis do Irã, que parece envolver mísseis de múltiplos alcances e cargas úteis. Se o Irã estivesse construindo um míssil de médio alcance com capacidade nuclear, como alguns afirmavam, havia um mistério. Se o Irã estava abandonando seu programa nuclear, por que gastar recursos escassos nesse tipo de mísseis?

A posição do governo Obama era de que todas essas questões eram importantes, mas chegar a um entendimento de longo prazo com o Irã exigia uma abordagem passo a passo. Se os EUA buscassem tudo de uma vez, não alcançariam nada, e o objetivo era usar incentivos econômicos para atrair o Irã. Seus críticos disseram que a abordagem paciente deixou a porta aberta para operações ofensivas perigosas e que, como proteger o acordo inevitavelmente se tornaria um objetivo político, as ações iranianas que violassem os interesses americanos, mas não o acordo, seriam negligenciadas com a esperança de preservá-lo. Havia argumentos de ambos os lados, mas as questões centrais eram que as garantias contra a continuação do programa nuclear eram incertas em seu desempenho e que o acordo deixava o Irã com oportunidades não nucleares significativas.

Um elemento da campanha eleitoral de Donald Trump foi sua oposição ao acordo nuclear com o Irã. Ele insistiu unilateralmente que o acordo vai além das armas nucleares para os mísseis que as lançam. Em vez de usar um incentivo para mais relações econômicas, ele impôs sanções significativas ao Irã e transformou sua remoção em incentivo. Em outras palavras, onde Obama buscou não enfraquecer economicamente o Irã, mas se concentrar inteiramente no problema em questão, Trump optou por enfraquecer economicamente o Irã a fim de expandir os objetivos do acordo para abranger os mísseis.

Trump também procurou diminuir as operações estrangeiras do Irã, ou pelo menos aumentar seu custo, apoiando um sistema de relações, começando com Israel e os Emirados Árabes Unidos e se expandindo para outros países, que foi projetado para isolar o Irã e limitar sua capacidade de jogar um país árabe contra outro. No final da administração Trump, o mapa da região mudou, e com ele a posição do Irã. Sua economia estava em declínio acentuado, a hostilidade do mundo árabe estava consolidada e a suposição era que entre coalizões e custos econômicos, as operações políticas e militares iranianas no mundo árabe declinariam, algo ainda não claramente visível. Mas a fraqueza econômica e um grau de agitação política no Irã são óbvios.

Joe Biden concorreu contra a política de Trump para o Irã, assim como Trump concorreu contra a política de Obama. Tudo isso deu à mudança uma dimensão política. Trump favoreceu as ações que tomou, mas também as saudou como um ataque à posição de Obama. Da mesma forma, embora não tenhamos uma noção

clara da estratégia de Biden no Irã, ele tem um imperativo político de rejeitar a política de Trump.

O Oriente Médio é, no momento, um lugar radicalmente diferente do que era no ponto de decisão de Obama ou Trump. A coalizão formada tinha o *imprimatur* americano, ainda que a mecânica da criação estivesse principalmente nas mãos dos poderes locais. Mas agora Biden deve considerar não apenas o acordo nuclear e o Irã, mas também os efeitos sobre a forma como o reconhecimento de Israel formaram uma coalizão da qual fazem parte mesmo países que não reconheceram formalmente Israel. A base dessa organização surge da hostilidade ao Irã e do medo de que, quando ele reaparecer, seu poder inundar a região. Israel teme as armas nucleares do Irã, os sauditas temem drones iranianos e representantes iranianos no Iêmen, e assim por diante. No geral, esses países saudaram a revisão de Trump da abordagem de Obama pelas razões apresentadas.

A inclinação de Biden, dado o processo político americano, é reinstituir a estratégia de Obama e repudiar a de Trump. Mas o problema é que um retorno à estratégia de Obama, com a retirada das sanções, reativaria de forma razoavelmente rápida a economia iraniana, fortaleceria a linha dura iraniana que se recusou a ceder diante da política de Trump que então seria justificada, e criaria uma crise maciça no Oriente Médio.

Há quem argumente que os Acordos de Abraão são um castelo de cartas que não se sustenta. Isso pode ser verdade. Mas está lá agora, e está lá por causa do Irã. Uma mudança na política dos Estados Unidos sobre sanções será lida nesta região como os EUA se movendo para uma posição pró-Irã, uma visão que pode não ser verdadeira, mas parece ser o caso. Israel verá isso como um erro, e os Emirados Árabes Unidos e o resto do mundo sunita argumentarão que, seja qual for a intenção subjetiva do governo Biden, o fato objetivo é que sua política está fortalecendo o Irã. E, como resultado, a construção anti-Irã que é vista como americana em sua raiz, na verdade se fragmentará. E em um Oriente Médio em fragmentação, a guerra é um acompanhamento frequente.

Biden obviamente não quer isso, e sua promessa de ressuscitar o acordo nuclear de Obama será aprovada. Consideremos que se Israel concluir que os Acordos de Abraão não têm importância e permitir sua fragmentação, concluirá também que a gestão da ameaça iraniana é um problema apenas israelense, e, estrategicamente, Israel não pode permitir que evolua. Os sauditas, que enfrentam os iranianos de várias maneiras e estão sendo investigados pelo governo Biden por violações dos direitos humanos, terão que escolher uma nova direção. Não é do interesse americano que aliados (por mais desagradáveis que sejam para a ideologia atual) começem a escolher novos rumos. No momento, a região é relativamente pacífica. Se o Irã sair de sua caixa sem grandes concessões e controles, a região voltaria a ter sua aparência normal. E dada a oposição de Biden ao “America First”, arrastaria os EUA à instabilidade.

Como todo presidente americano, Biden tem sua posição de campanha e, em seguida, sua posição de governo, da mesma forma que os assessores de campanha que receberam cargos seniores se acham mais passivos do que ativos. Em qualquer caso, se ele prosseguir para negociações sérias com o Irã, o resto do

Oriente Médio ficará extremamente assustado. Uma *entente* EUA-Irã – que é como será vista – não é compatível com uma aliança EUA-Israel ou EUA-Árabes. Os candidatos podem falar de coisas que se tornam impossíveis à luz da vitória. Eles superam isso.

Pode parecer que estou traçando uma história com base nos caprichos de um presidente. Mas os presidentes estão simplesmente presos pela realidade. Dito de outra forma, os Estados Unidos buscaram pacificar o Oriente Médio. Um dos temores eram as armas nucleares iranianas e o primeiro foco estava nelas. Mas a preocupação com o Irã na região foi além das armas nucleares para outras dimensões do poder iraniano. Os EUA então geraram uma resposta mais ampla, de sanções a uma coalizão regional. Mas a coalizão é frágil e as preocupações sobre o programa nuclear do Irã ainda existem. Um retorno ao acordo inicial é atraente, mas como irá desencadear outras forças que os Estados Unidos não querem ver, o problema se torna mais complexo.

Os EUA tiveram que retirar uma grande força militar da região, pois a intervenção inicial não atingiu seus objetivos. Mas Washington não pode ficar indiferente à região porque é uma parte estratégica da Eurásia e outras grandes potências podem tirar proveito dela. No longo prazo, é mais fácil manipular a região para fins americanos do que desalojar outra potência importante ou enfrentar o surgimento de uma potência regional que possa desestabilizar a região. E assim vemos Israel e a coalizão árabe. Falar de presidentes é um indicador útil, mas suas políticas são traçadas pela realidade, e não o contrário.

***George Friedman** é analista geopolítico e estrategista de assuntos internacionais mundialmente reconhecido. É fundador e presidente da Geopolitical Futures, um think tank especializado em relações internacionais e política externa americana. É autor de diversas obras, dentre as quais os best-sellers “Os próximos 100 anos” e “A próxima década”.
